

processo ficou paralisado por mais de três anos. Superada a preliminar, requer no mérito que seja sanada a omissão da decisão administrativa de fls. 294/309, e assim, que esta Junta de Recursos conceda o desconto de 90% (noventa por cento) do valor da multa arbitrado. Recurso improvido.

Vistos, relatados e discutidos, decidiu os membros da 2ª Junta de Julgamento de Recursos, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, acolhendo o voto do relator, pela suspensão da exigibilidade do pagamento da multa, tendo como fundamentação o *caput* do artigo 60, parágrafo 3º do Decreto Federal 3.179/99. Cumprida as obrigações pelo recorrente no Termo de Compromisso, a multa será ser reduzida em 90% (noventa por cento) do valor atualizado monetariamente. Os representantes do CIMI, Instituto Caracol e Fase votaram acolhendo a Decisão Administrativa n. 518/SPA/SEMA/2009. No caso de empate na votação, foi exercido o voto de qualidade do Presidente da 1ª Junta de Recursos, nos termos do artigo 22, inciso II do Regimento Interno do CONSEMA, acolhendo o voto do relator.

Presentes à votação os seguintes membros:

**Edvaldo Belisário dos Santos**

Representante da FAMATO

**Daniella Akemi S. Kuroishi**

Representante da FASE

**Luis Felipe Werner**

Representante do CIMI

**Severino de Paiva Sobrinho**

Representante da UNEMAT

**Camila Oliveira P. Carvalho**

Representante do Inst. Caracol

**Irone Galilindo Cadermatori**

Representante da FECOMÉRCIO

Cuiabá, 24 de outubro de 2016.

**Edvaldo Belisário dos Santos**

**Presidente da 2ª J.J.R.**

## GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

**Processo nº 106744/2005**

**Recorrente - INCRA - Assentamento Limoeiro**

Auto de Infração n. 43212, 18/03/04.

Relatora - Irone Galindo Cadermatori - FECOMÉRCIO

2ª Junta de Julgamento de Recursos.

#### ACÓRDÃO - 126/16

**EMENTA** Auto de Infração n. 43212, de 18/03/04. Desmate de 2 (duas) áreas de cerrado, uma de 73,00 hectares e outra de 123,4927 hectares, perfazendo um total de 196,4927 hectares, sem a prévia autorização do órgão competente, conforme descrição contida no Auto de Inspeção n. 47237. Decisão Administrativa n. 258/SPA/SEMA/2012, pela homologação do auto de infração, arbitrando multa de R\$ 589.492,70 (quinhentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e noventa e dois reais e setenta centavos), com fulcro no artigo 39 do Decreto Federal 3.179/99. Requer o recorrente seja declarada a nulidade da citação anteriormente promovida e, consequentemente, seja devolvido a este órgão autárquico o prazo de defesa, nos moldes estabelecidos no preceito normativo do art. 214, §1º do CPC. Ademais, inexistindo nexo de causalidade entre a conduta do INCRA e o resultado danoso encontrado no assentamento devem os autos ser arquivados e anulada a imposição de multa. Recurso improvido.

Vistos, relatados e discutidos, decidiu os membros da 2ª Junta de Julgamento de Recursos, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, acolhendo o voto da relatora, mantendo a multa de R\$ 589.492,70 (quinhentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e noventa e dois reais e setenta centavos), arbitrada na Decisão Administrativa n. 258/SPA/SEMA/2012, com fulcro no artigo 39 do Decreto Federal 3.179/99. Abstenção do representante do CIMI.

Presentes à votação os seguintes membros:

**Edvaldo Belisário dos Santos**

Representante da FAMATO

**Daniella Akemi S. Kuroishi**

Representante da FASE

**Luis Felipe Werner**

Representante do CIMI

**Severino de Paiva Sobrinho**

Representante da UNEMAT

**Camila Oliveira P. Carvalho**

Representante do Inst. Caracol

**Irone Galilindo Cadermatori**

Representante da FECOMÉRCIO

Cuiabá, 24 de outubro de 2016.

**JEdvaldo Belisário dos Santos**

**Presidente da 2ª J.J.R.**

## GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

**Processo nº 120073/2006**

**Recorrente - Alessio Ind. Comércio de Madeiras Ltda**

Auto de Infração n. 100192, de 28/04/06.

Relatora - Mauê Ângela Romeiro Martins

2ª Junta de Julgamento de Recursos.

#### ACÓRDÃO - 128/16

**EMENTA** Auto de Infração n. 111957, de 17/10/2007. Auto de Inspeção n. 117759, de 17/10/2007. Relatório Técnico n. 39/DRPAN/SUAD/2007. Em vistoria a propriedade foi constatada a queimada de 85,49 hectares. Decisão Administrativa n. 04/SPA/SEMA/2012, pela anulação do Auto de Infração n. 111957, tendo em vista que a autuada é parte ilegítima do feito e consequentemente pelo arquivamento do presente processo administrativo. Requer o recorrente a reforma do item 3 da Decisão Administrativa n. 04/SPA/SEMA/2012, no sentido de que a Superintendência de Procedimentos Administrativos não determine que a Superintendência de Fiscalização da SEMA não lavre outro auto de infração em nome do recorrente. Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos, decidiu os membros da 2ª Junta de Julgamento de Recursos, por unanimidade, dar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, acolhendo o voto do relator, não restando nenhuma dúvida quanto a Decisão Administrativa n. 04/SPA/SEMA/2012, fls. 50/55 dos autos, restando tão somente o encaminhamento do presente processo para o arquivamento, com a consequente anulação da multa, pois está configurada a ilegitimidade da parte passiva e, por via de consequência, o feito apresenta vício que impossibilita a análise do conteúdo processual, ou seja, do mérito de causa.

Presentes à votação os seguintes membros:

**Edvaldo Belisário dos Santos**

Representante da FAMATO

**Daniella Akemi S. Kuroishi**

Representante da FASE

**Luis Felipe Werner**

Representante do CIMI

**Severino de Paiva Sobrinho**

Representante da UNEMAT

**Camila Oliveira P. Carvalho**

Representante do Inst. Caracol

**Irone Galilindo Cadermatori**

Representante da FECOMÉRCIO

Cuiabá, 24 de outubro de 2016.

**Edvaldo Belisário dos Santos**

**Presidente da 2ª J.J.R.**

## GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA EXTRATO DO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 001/2016/SEMA Processo n. 406431/2016

**Contratante:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA.

**Contratada:** TECNOMAPAS LTDA, CNPJ: 01.544.328/0001-31

**Objeto:** Contratação De Pessoa Jurídica Para Prestação Dos Seguintes Serviços: Sistema Para Cadastro Ambiental Rural Com Programa De Regularização Ambiental, Com Produtos E Serviços Acessórios, Sendo: Uma Solução De Geotecnologia; Implantação De Uma Solução De Indicadores Gerenciais; Sistema De Gestão De Exploração Florestal E Ferramenta De Importação Dos Termos De Ajustamento De Conduta Para Módulo Do PRA.

**Valor:** R\$7.103.000,00 (Sete milhões, cento e três mil reais)

**Dotação Orçamentária:** Órgão - 27101, Projeto Atividade - 2111, Natureza da Despesa - 44905200, Fonte de Recurso 245.

**Vigência:** A vigência deste contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

**Data de Assinatura:** 11/11/2016.

**Assinam:** Rodrigo Quintana Fernandes - Assessor Chefe I Delegado através da Portaria 950 de 09/11/2016

**Jose Ricardo Orrigo Garcia** - Representante da Contratada